

DESAFIOS E PROPOSTAS PARA ALCANÇAR OS ODS EM UM PROJETO DE GERAÇÃO DE RENDA COM AGRICULTORAS FAMILIARES

JOÃO PAULO R. ARCIPRETE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)

ANA PAULA RODRIGUES ARCIPRETE

ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

HILDO MEIRELLES DE SOUZA FILHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)

JULIANA MONTEIRO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

DESAFIOS E PROPOSTAS PARA ALCANÇAR OS ODS EM UM PROJETO DE GERAÇÃO DE RENDA COM AGRICULTORAS FAMILIARES

Introdução

A agricultura familiar dedica-se principalmente à produção de alimentos e é dependente de condições agroecológicas, de ambiente político favorável e do acesso a mercados e recursos naturais, tecnológicos e financeiros (FAO, s.d.). No Brasil, a agricultura familiar é responsável por significativa parcela da produção dos principais alimentos consumidos no país, tais como mandioca, feijão, milho, café, arroz, trigo, carnes de suínos e aves, além da produção de leite (IBGE, 2019). Com grande heterogeneidade social e tecnológica, a agricultura familiar brasileira responde por 77% dos estabelecimentos rurais, 67% das pessoas ocupadas no campo e 35% do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio nacional (IBGE, 2017).

Desde a década de 1980, várias políticas procuraram beneficiar a produção agrícola familiar brasileira, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Apesar de existirem mais de uma dezena de políticas públicas de fomento à agricultura familiar, diversos autores identificaram fatores que inibem o acesso às mesmas (SOUZA-ESQUERDO E BERGAMASCO, 2014; GONÇALVES ET AL., 2018; LIMA ET AL., 2019).

Na atualidade, destaca-se que a agricultura familiar é também proeminente por sua capacidade de contribuir com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU, com destaque para os objetivos 1, 2, 5, 8, 12, 13 e 15, respectivamente: erradicar a pobreza, acabar com a fome e promover a agricultura sustentável, alcançar a igualdade de gênero, crescimento econômico e geração de renda, e) produção e de consumo sustentáveis, combate a mudança climática e seus impactos e proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres (ONU, 2020).

Esse estudo tem como objetivo geral identificar desafios para alcançar ODS na agricultura familiar, bem como apresentar as propostas de ações para superá-los. O método utilizado é o estudo do caso de um projeto do Sebrae-SP em parceria com a Cooperativa Agroecológica Mãos da Terra (COMATER). Por meio desse projeto pretende-se aumentar a geração de renda e alcançar os ODS (1, 2, 5, 8, 12, 13 e 15). Dados coletados a partir de uma amostra de domicílios permitiram: identificar a composição familiar e o perfil sociodemográfico dos cooperados; relacionar os dados levantados com os ODS citados anteriormente; e apresentar propostas de ações

O estudo se justifica tendo em vista o papel da cooperativa na promoção da agricultura familiar e na valorização de práticas sustentáveis em Ribeirão Preto, SP. No entanto, para que essa contribuição seja potencializada, é necessário compreender a realidade socioeconômica dos cooperados. Assim, busca-se não apenas produzir conhecimento, mas também atuar de forma prática, propondo soluções integradas que valorizem o trabalho dos cooperados e promovam impacto positivo nos territórios em que atuam, alinhando a realidade local às metas globais da Agenda 2030.

Contextualização e referencial conceitual

Esta seção tem como objetivo apresentar uma contextualização do problema e o referencial conceitual que dará sustentação a este trabalho. Para tanto, apresenta-se a relação dos ODS e a agricultura familiar, seguida da caracterização dos principais canais de comercialização para a agricultura familiar e como o acesso ao mercado contribui para geração de renda e pode permitir o alcance dos ODS.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a agricultura familiar

No início dos anos 1970, em uma Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente o conceito do desenvolvimento sustentável surgiu como um tema latente que ao longo dos anos ganhou força e maior espaço nas discussões mundiais. Desde então a temática está presente em diversas conferências mundiais como a Eco-92, a Conferência de Kyoto, em 1997 e a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo em 2002 (CAMPOS FILHO E OLIVEIRA, 2023).

Em 2015, com o objetivo de ampliar a pauta e na busca de soluções dos problemas globalmente enfrentados, durante a 70ª Assembleia Geral da ONU, líderes mundiais de 193 países acordaram a definição de uma nova agenda global para os próximos 15 anos. A “Agenda 2030” estabeleceu cinco eixos: Paz, Pessoas, Planeta, Prosperidade e Parceria (PNUD, 2020). Trata-se dos ODS, 17 objetivos e 169 metas globais interconectadas, a serem atingidos até 2030 (ONU, 2020).

Considerando os desafios apresentados pela “Agenda 2030”, estudos da FAO (2018), indicam que a agricultura tem a possibilidade de promover um crescimento inclusivo e de transformação rural impulsionando mudanças em consonância aos ODS por meio de processos produtivos sustentáveis.

Preiss, Vasconcellos e Schneider (2018) destacam que pelo menos 7 dos 17 ODS estabelecidos pela ONU citam fatores agrícolas e alimentares. Estes fatores determinam a necessidade de mudanças desde a forma de produzir, transformar e transportar até a maneira de como consumir os alimentos. Os autores apontam ainda o papel de destaque que o Brasil pode desempenhar principalmente no desenvolvimento dos ODS 1, 2 e 15 que tratam do combate a pobreza e a fome, bem como no desenvolvimento de sistemas agroalimentares sustentáveis. Saraiva-Matus e Aguirre (2019) relatam que aproximadamente 2/3 das metas estabelecidas possuem relação com ações a serem desenvolvidas no ambiente rural e são importantes para o desenvolvimento sustentável.

Diversos outros autores, como Brito, Ferreira e Pereira (2020), Sacco dos Anjos e Becker (2014) e Schneider (2016), Chacon (2021), Patriota e Pierri (2016), também destacam a relevância da agricultura familiar no desenvolvimento rural, na promoção de ações de segurança alimentar e nutricional, na construção de um desenvolvimento sustentável, e na produção da maior parte de alimentos in natura no mundo. Os autores ainda destacam a capacidade de contribuir com boa parte das soluções de vários desafios globais vigentes como na preservação e recuperação da biodiversidade e degradação do solo e redução da pobreza.

Por fim, corroborando com os estudos aqui citados, Sousa, Jesus e Grise (2023), em seu estudo sobre “Contribuições da Agricultura Familiar para a Consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, afirmam que a agricultura familiar tem papel importante na promoção da sustentabilidade ambiental e na segurança alimentar e nutricional da população em geral, além de demonstrar sua capacidade de fazer parte da solução de vários desafios globais vigentes. No entanto, destacam que é preponderante que os atores tenham acesso aos meios necessários. Também Braun; Ghosh (2020) e Preiss e Deponti (2020) levantam a necessidade de integração de agentes públicos e privados para o desenvolvimento de soluções que integrem produtividade, sustentabilidade e competitividade, já que a produção de alimentos de qualidade nessas condições serem apontadas como um dos grandes desafios globais.

Nesse sentido, a agricultura familiar torna-se estratégica para o alcance dos ODS, dada a sua relevância na produção de alimentos e conseqüentemente combate à fome. A agricultura familiar não se limita ao ODS 2 -Fome Zero e Agricultura Sustentável-, contribui também em questões sociais como a igualdade de gênero e inclusão social e econômica estabelecidos nos ODS 1, 5 e 8, por exemplo. Por fim, faz-se necessário ainda citar a contribuição da agricultura

familiar para questões ambientais. Com destaque, entre outros, para a produção sustentável, o combate as mudanças climáticas e conservação da biodiversidade na terra (ODS 12, 13 e 15).

O acesso ao mercado como fio condutor para impactar os ODS.

Considerando as características da agricultura familiar e seu potencial impacto positivo nos ODS, é imperativo tratar das barreiras que os agricultores enfrentam. As mudanças nos hábitos de consumo, as exigências de qualidade, padronização, segurança dos alimentos e escala de comercialização vêm tornando a comercialização de produtos agrícolas cada vez mais complexa. Essas transformações afetam todos os produtores rurais, especialmente os pequenos.

Segundo Machado e Silva (2009); Souza filho e Bonfim (2013) entre os principais problemas constatados está a pequena escala de produção e a ausência de competências necessárias para planejar a produção e a comercialização. A inserção em novos mercados implica em atender as exigências estabelecidas pelos diferentes canais de comercialização, tais como atacado, varejo, cozinhas industriais, órgãos governamentais, hotéis, bares e restaurantes, organizações de comércio justo e economia solidária, feiras livres e agroindústrias processadoras (MACHADO; SILVA, 2009; SOUZA FILHO; BONFIM, 2013).

Destaca-se a possibilidade de inserção da agricultura familiar no mercado institucional, que é formado por prefeituras, governos estaduais, bem como o governo federal. Trata-se de grandes compradores de produtos alimentares, principalmente da agricultura familiar, para abastecimento de organizações públicas, tais como escolas, creches, asilos e hospitais. Nesse mercado, destacam-se os programas de aquisição de alimentos, como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), para os quais a agricultura familiar ainda enfrenta barreiras ao acesso. Dentre os fatores que impedem o acesso a esses programas, destacam-se o excesso de burocracia, a insuficiente capacidade técnica e estrutural das instituições públicas para garantir a plena efetivação dessas políticas, a falta de assistência técnica e extensão rural e o desconhecimento das normas por parte de produtores e agentes públicos locais (SOUZA-ESQUERDO E BERGAMASCO, 2014; GONÇALVES ET AL., 2018; LIMA ET AL., 2019).

Destacam-se também diversas restrições ao acesso em mercados modernos, que exigem adequação às diversas demandas, tais como novos hábitos de consumo, melhor qualidade dos produtos, comercialização em maior escala e transmissão de informações em cadeias produtivas. A adoção de novas tecnologias de produção e de gestão tornou-se imperativo para atender às novas exigências e à inserção da agricultura familiar em vários mercados, inclusive mercados institucionais (SOUZA FILHO; BONFIM, 2013).

Por meio das redes varejistas têm-se a oportunidade de atender consumidores localizados em centros urbanos. Dentre suas estratégias competitivas está o desenvolvimento de categorias de produtos, como as “Frutas, Legumes e Verduras” (FLV), que têm um grande potencial de atração de consumidores com o apelo de qualidade, diversidade, preço e vida saudável. Vale ressaltar que as empresas varejistas procuram criar programas de desenvolvimento de fornecedores para solucionar problemas de abastecimento, tais como a irregularidade na qualidade e na entrega de produtos. Esses programas constituem-se como oportunidades para inserção dos pequenos produtores por meio de suas associações e/ou cooperativas (SOUZA FILHO; BONFIM, 2013).

A feira do produtor também pode ter um papel importante como canal de comercialização em várias cidades, pois funcionam em locais públicos pré-determinados de forma fixa ou itinerante (MACHADO; SILVA, 2009) e são uma forma alternativa para venda

dos produtos da agricultura familiar direta ao consumidor final. Muitas feiras, no entanto, apresentam problemas relacionados com a legislação sanitária e com a sua própria forma de organização. Em resposta, há iniciativas de modernização, procurando desenvolver o atendimento personalizado aos consumidores e a criação de nichos de mercado, em que os produtos artesanais e a venda direta são valorizados (MACHADO; SILVA, 2009).

Por fim, vale destacar a possibilidade de vendas diretas por meio de cestas de produtos sob encomenda como uma alternativa interessante para atender a um nicho de mercado que privilegia, além da qualidade do produto, sua origem direto do campo. Os consumidores dão preferência ao modelo de cestas devido a sua comodidade e praticidade, sendo os clientes cadastrados para receberem a cesta semanalmente, com valores e produtos pré-fixados ou não, de acordo com a vontade do consumidor (MACHADO; SILVA, 2009).

Portanto é de fundamental importância que os agricultores entendam sua função no processo de comercialização de produtos, além de considerar as características e particularidades de cada canal de comercialização, buscando estratégias que agreguem valor aos seus produtos e melhorando seu posicionamento no mercado como selos, certificações e parcerias, por exemplo (MACHADO; SILVA, 2009).

Considerando as inúmeras oportunidades de comercialização vantajosa de produtos da agricultura familiar com consumidores finais (feiras, cestas de produtos), varejistas, empresas de alimentação (bares e restaurantes), bem como com o governo por meio do PAA e do PNAE, a ausência ou falha em instituições intermediárias bloqueia a construção de arranjos organizacionais necessários para que as transações sejam realizadas, mesmo quando problemas relacionados à produção poderiam ser facilmente solucionados. Muitas barreiras persistem devido à ausência de uma institucionalidade intermediária capaz de fazer a ponte entre as regras gerais de políticas estabelecidas no macroambiente e as necessidades dos indivíduos ao nível micro. Trata-se de uma institucionalidade fundamental para que regras e direitos estabelecidos em programas e leis governamentais de apoio a agricultores familiares sejam interpretados e implementados em um nível micro.

Método

Este projeto adota uma abordagem exploratória, descritiva e qualitativa, com base nos métodos de estudo de caso e observação participante, que permitem uma compreensão aprofundada da realidade vivida pelos cooperados da Cooperativa Agroecológica Mãos da Terra em Ribeirão Preto, SP.

O estudo de caso é uma estratégia metodológica que permite investigar um fenômeno em seu contexto real, em estudos de ciência política, organizacionais e gerenciais (Yin, 2001) enquanto Gil (2008) afirma que o objetivo nesse tipo de estudo é explorar o assunto e sua atuação prática através da coleta de dados para esclarecer e desenvolver alguns conceitos. Assim, a escolha deste método justifica-se pela necessidade de compreender a dinâmica interna da cooperativa, as relações sociais e econômicas entre os cooperados, suas trajetórias de vida, bem como os fatores que influenciam sua inclusão produtiva.

A Cooperativa Agroecológica Mãos da Terra (COMATER), sediada no assentamento rural Mario Lago em Ribeirão Preto, SP, é formada majoritariamente por mulheres e representa um modelo de organização social que pode contribuir para o alcance de metas globais estabelecidas pelos ODS para a produção de alimentos. Em dezembro de 2023, o Sebrae iniciou um projeto de desenvolvimento dos cooperados por meio de ações que envolvem um diagnóstico inicial do perfil socioeconômico dos cooperados e propostas de mudanças nas formas de produção e comercialização. Ações de extensão rural começaram a ser desenvolvidas para introduzir práticas agrícolas que permitam regenerar o solo e aumentar a biodiversidade, além de proporcionar aos agricultores acesso ao mercado, preferencialmente institucional como o PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos. O projeto prevê 2 anos de duração (término

em fevereiro de 2026), tendo como objetivo gerar renda e contribuir positivamente com os ODS anteriormente citados.

Foram coletados dados para construir o perfil de entrada dos beneficiários dessas ações, os quais são utilizados para a construção de estatísticas descritivas apresentadas na próxima seção. Esses dados foram obtidos por meio de uma amostra compreendendo 39 propriedades cooperadas da Comater. Foram conduzidas entrevistas entre os meses de março a junho de 2024, por meio de questionário estruturado que versava sobre questões sociodemográficas, produção, destino da produção e acesso a políticas públicas.

Por fim, os dados obtidos por meio de entrevistas foram compilados e analisados de forma descritiva permitindo a identificação de padrões, contradições e aspectos relevantes à geração de renda e à contribuição da cooperativa para os ODS.

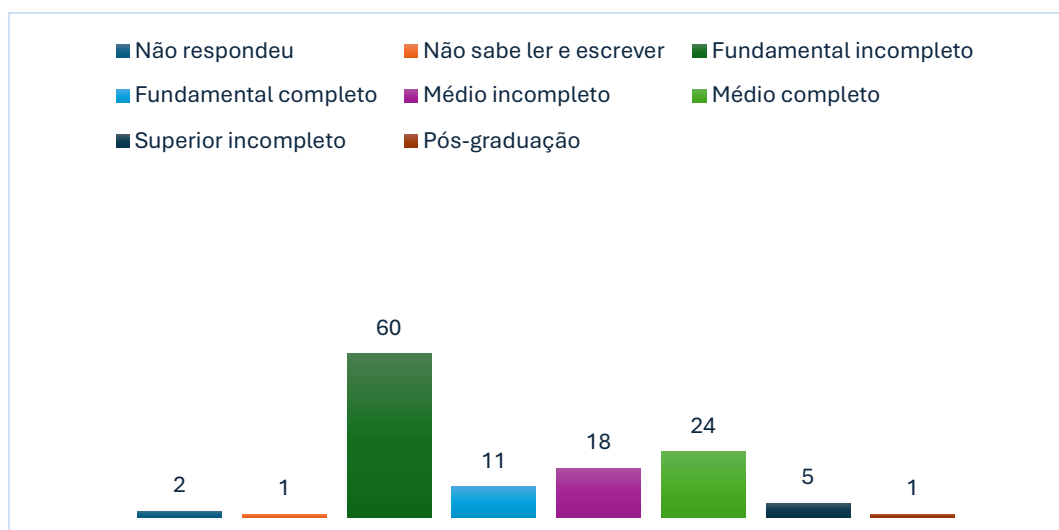
Análise dos Resultados

As 39 propriedades da amostra abrigam um total de 122 moradores. Dentre os entrevistados, destaca-se uma significativa presença feminina: 35 das 39 pessoas titulares dos lotes são mulheres, o que evidencia o protagonismo feminino na gestão das unidades produtivas, configurando um cenário relevante para políticas de equidade de gênero (ODS 5).

Considerando a totalidade de moradores, 34 pessoas possuem entre 0 e 25 anos; 33 entre 26 e 50 anos; 44 entre 51 e 75 anos e 11 pessoas com idades entre 76 anos ou mais. Essa distribuição etária demonstra uma comunidade composta majoritariamente por adultos e idosos, sendo que aqueles com 51 anos ou mais representam 45% do total. Tais dados evidenciam certo envelhecimento da população, o que pode impactar a força de trabalho no campo a médio prazo.

Já no que se refere à escolaridade, 60 moradores (49%) não possuem o ensino fundamental completo, o que representa um desafio significativo para a inclusão produtiva e acesso a políticas públicas (Gráfico 1). Apenas 5 pessoas possuem ensino superior completo, sendo que uma única pessoa possui pós-graduação. Essa realidade revela um importante déficit educacional, que pode limitar a adoção de tecnologias e o desenvolvimento de projetos agroecológicos mais complexos e demonstra um desafio relacionado ao (ODS 4) que trata de educação de qualidade.

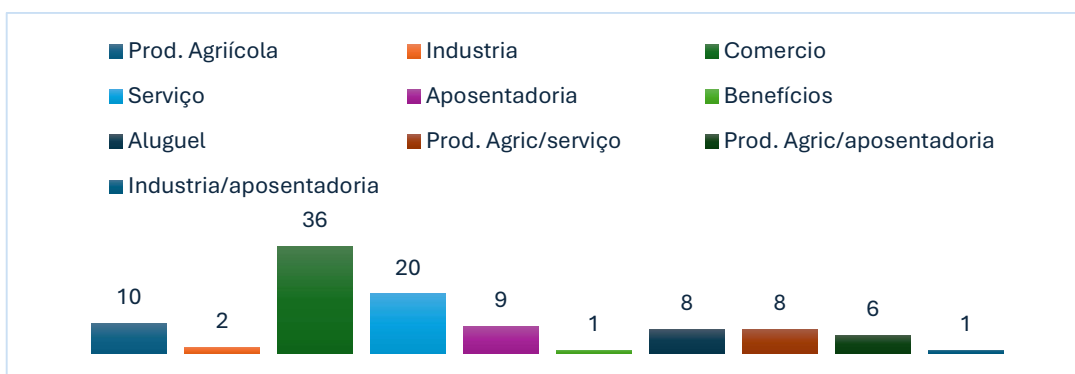
Gráfico 1 - Número de moradores por grau de escolaridade



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Quando questionados sobre a renda, a renda média per capita é de R\$ 1.210,00, valor próximo da linha de vulnerabilidade econômica, considerando o custo de vida urbano-regional, fato que corrobora com a necessidade de geração de renda. Dos 122 moradores, apenas 10 pessoas têm a agricultura como fonte exclusiva de renda, enquanto outras 14 pessoas a praticam como atividade complementar (a renda da agricultura complementa a renda de 8 pessoas que prestam serviços diversos e de 6 que são aposentados) (Gráfico 2). Vale destacar que o comércio e a prestação de serviços empregam 56 pessoas, indicando a busca de diversificação de fontes de sustento.

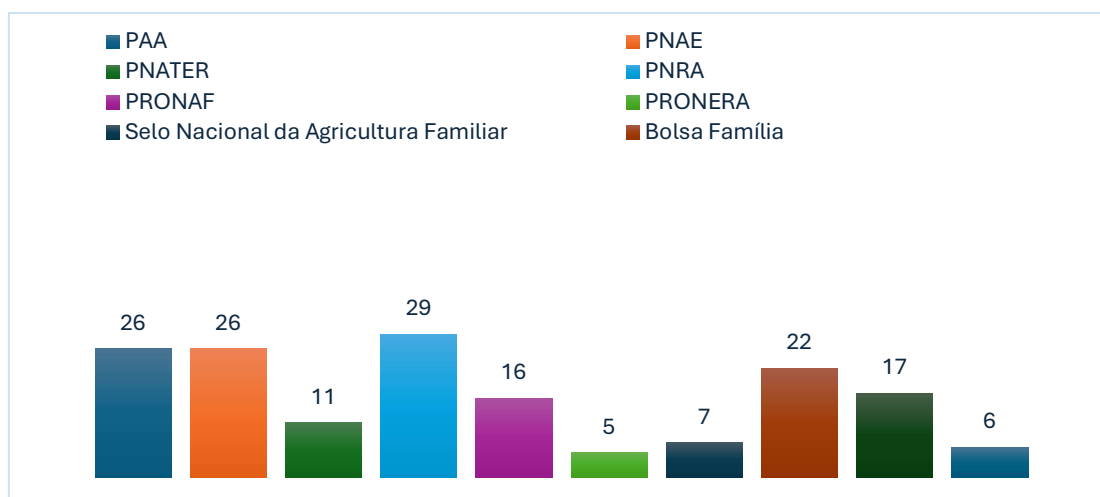
Gráfico 2 - Número de moradores por fonte de renda observadas



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Por fim, 17 pessoas são aposentadas e 22 recebem o Bolsa Família (32%) (Gráfico 3), o que evidencia certa dependência de transferências sociais e um dado relevante para o debate sobre segurança econômica e bem-estar social que trata o (ODS 1) sobre a erradicação da pobreza. Observa-se também no Gráfico 3 que há acesso a outras políticas públicas, destacando-se o PAA, o PNAE e o Programa Nacional de Reforma Agrária.

Gráfico 3 - Acesso a políticas públicas, número de domicílios com acesso às políticas



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

No aspecto de infraestrutura, as propriedades apresentam limitações importantes. Nenhuma possui telefone fixo, mas juntas somam 82 aparelhos celulares, sinalizando um bom nível de conectividade. A internet está presente em todas as casas cujos titulares foram

entrevistados, o que pode ser um facilitador para a comercialização direta, capacitações online e acesso à informação.

A maioria das casas possui fogão a gás (32), 4 cômodos em média e 3 casas possuem TV por assinatura, 19 propriedades possuem automóvel, e o uso de equipamentos agrícolas é restrito, limitando-se a ferramentas como roçadeiras, pulverizadores e motosserras, fator que pode influenciar na produtividade e na adoção de tecnologias mais limpas e eficientes. Outro dado importante trata do saneamento básico, (66%) das casas utilizam fossa negra como forma de tratamento de esgoto, o que aponta para carência de infraestrutura básica e possíveis impactos ambientais e à saúde pública que corresponde ao (ODS 6) que trata de água Limpa e saneamento.

Por fim, o último assunto levantado trata da produção agrícola nas propriedades. A COMATER se destaca pela diversidade e por seu forte vínculo com a alimentação das famílias agricultoras. Mais do que gerar renda, a produção cumpre um papel central na garantia da segurança alimentar, refletindo os princípios da agricultura familiar. A produção das propriedades é diversificada, com foco em verduras, legumes, frutas, mandioca, aves, suínos e ovos (Tabela 1).

Na horticultura, segundo dados levantados nas entrevistas, em 2023, as famílias produzem cerca de 16 mil maços de verduras por ano, com 1.200 maços (aproximadamente 7,5%) destinados ao consumo próprio (Tabela 1). A produção de legumes chega a 9 mil quilos anuais, sendo 1.600 kg (18%) são consumidos pelas próprias famílias. Já a mandioca, um dos principais cultivos do assentamento, representa um volume de 43 mil kg produzidos por ano, com 4.500 kg (10,5%) utilizados para autoconsumo.

A produção de frutas também é relevante, somando 24 mil kg ao ano, dos quais 3.800 kg (15,8%) são consumidos internamente. Esses dados mostram que boa parte do que é cultivado serve diretamente para alimentar os próprios moradores, fortalecendo a segurança alimentar e a autonomia das famílias, o que poderia explicar como as famílias vivem com uma renda monetária per capita baixa.

Tabela 1 - Produção de vegetais e consumo próprio dos domicílios em 2023.

PRODUTOS	PRODUÇÃO	CONSUMO	CONSUMO/PROD
Verduras	16.000 maços	1.200 maços	7,5%
Legumes	9.000 kg	1.600 kg	18%
Mandioca	43.000 kg	4.500 kg	10,5%
Frutas	24.000 kg	3.800 kg	15,8%

Fonte: Elaborado pelos autores

Na criação animal, a produção é igualmente significativa. As famílias criam cerca de 1.100 aves no período, com 500 vendidas e 360 utilizadas no consumo familiar (Tabela 2). Na suinocultura, são 125 suínos criados anualmente, com 87 destinados à comercialização e 38 ao autoconsumo. A produção de ovos chama atenção pelo volume: 10 mil ovos ao ano, sendo que 70% (7 mil) são consumidas nas propriedades e 30% (3 mil) são vendidas. Isso evidencia o papel fundamental dos ovos como fonte de proteína no cotidiano das famílias.

Tabela 2 - Produção animal e consumo próprio dos domicílios em 2023

PRODUTOS	PRODUÇÃO	CONSUMO	CONSUMO/PRODUÇÃO
Aves	1.100 un	360 un	32,72%
Suínos	87 un	38 un	43,6%
Ovos	10.000 un	7.000 un	70%

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Esses dados revelam um sistema produtivo voltado predominantemente para o consumo doméstico, o que cumpre papel essencial na garantia da segurança alimentar e nutricional das famílias cooperadas (ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável). No entanto, a baixa proporção de produtos comercializados, especialmente no caso de produtos com maior valor agregado como ovos, frutas e hortaliças, evidencia a necessidade de estratégias que fortaleçam o escoamento da produção e o acesso a mercados.

Por fim, outro ponto que merece atenção é o uso da terra: 58% da área produtiva encontra-se em pousio. Embora essa prática possa estar relacionada à recuperação ambiental ou à rotação de culturas, ela também pode refletir limitações técnicas, econômicas ou de infraestrutura para ampliar a produção. Esse cenário aponta para a importância de investimentos em assistência técnica, acesso a crédito, mecanização adequada e incentivo à agroindustrialização, como formas de ampliar o aproveitamento produtivo do território e gerar mais renda para as famílias.

Desafios e ações para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Na esteira de tudo que foi apresentado até aqui, a COMATER e o Sebrae desenvolveram o projeto, cujos desafios e ações estão resumidos no Quadro 1. O quadro apresenta a relação entre os desafios identificados, as ações para superá-los e os ODS a serem atingidos. Os dados apresentados corroboram a massiva participação feminina, com grande potencial de elevar o empoderamento. A maioria dos agricultores com títulos de propriedade na cooperativa são mulheres, o que se relaciona diretamente com os ODS 2 e 5, que tratam do combate à fome, agricultura familiar e igualdade de gênero.

Nesse projeto, está previsto o fornecimento de assistência técnica, mudas, insumos, treinamento e equipamentos, bem como um trabalho de abertura de novos canais de comercialização e manutenção e/ou ampliação dos canais já existentes. Espera-se que essas ações contribuam para os ODS 1 e 8, que tratam respectivamente do combate à pobreza e do crescimento econômico.

Ao final do projeto objetiva-se ainda que pelo menos 90% das propriedades estejam certificadas para a produção de produtos orgânicos e agroecológicos. Essa estratégia de produção e comercialização agrega valor ao produto, além de contribuir para os ODS relacionados a conservação da biodiversidade e combate as mudanças climáticas. Para tanto, o projeto prevê a implantação de hortas de até 2.000 metros quadrados no sistema agroflorestal nas propriedades, corroborando com os ODS 12, 13 e 15, que tratam de produção sustentável, combate as mudanças climáticas e conservação da biodiversidade terrestre.

Quadro 1 - Desafios e ações para atingir os ODS

DESAFIOS	TEMAS	AÇÕES	ODS
1. Faixa etária avançada	Sucessão familiar	Capacitar novas gerações	2 e 8
2. Baixa renda	Renda	Abrir e ampliar novos canais de comercialização	1, 2 e 8
3. Baixa comercialização em políticas públicas	Compras institucionais	Articular e fomentar comercialização por meio do PNAE e PAA	1 e 8
4. Baixa diversidade de canais de comercialização	Canais de comercialização	Fomentar comercialização com varejo local e feiras livres	1 e 8
5. Baixa participação de mulheres nas atividades agrícolas	Igualdade de gênero	Projeto com cooperativa de mulheres	5
6. Agricultura de subsistência	Fomento da agricultura familiar	Capacitação e empoderamento	2
7. Sustentabilidade	Produção sustentável	Implantação de agrofloresta	12
8. Combate mudanças climáticas	Mudanças climáticas	Implantação agrofloresta	13
9. Biodiversidade	Biodiversidade	Implantação agrofloresta	15

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Como desdobramentos das ações, o projeto pretende ainda: 1) fomentar a criação de feiras livres; 2) articular junto as prefeituras municipais e outras instituições as compras por meio do PNAE e PAA; 3) Capacitar e criar grupos de trabalho para a implantação de agroflorestas; 4) Desenvolver parcerias para acessar novos canais de comercialização e geração de renda; 5) Gerar novas oportunidades de parcerias para o fomento da agricultura familiar.

Conclusão

Esse artigo procurou demonstrar que existem enormes desafios a serem superados para alcançar ODS na agricultura familiar. O perfil socioeconômico dos domicílios amostrados no estudo de caso revelou limitações, tal como a escolaridade e baixo nível de produção dos beneficiários, que dificultam o acesso a programas voltados para a agricultura familiar, bem como o acesso a canais de comercialização mais lucrativos. Diante desse cenário, é fundamental pensar que as estratégias e ações para alcançar ODS em projetos voltados ao desenvolvimento da agricultura familiar devem superar barreiras de acesso aos programas e aos mercados. Essa superação depende do fortalecimento da comercialização coletiva e incentivos a agroindustrialização como meio de aumentar o valor agregado dos produtos. As estratégias de produção que respeitem os princípios agroecológicos devem ser perseguidas. Nesse caso, o apoio técnico a estratégias de produção e comercialização torna-se essencial. A existência de programas como o PRONAF, o PNAE e o PAA são importantes, entretanto, não garantem ao alcance de ODS para muitos grupos vulneráveis de agricultores familiares. É necessária a existência de ações adicionais para que esses agricultores tenham acesso aos benefícios dos programas e aos mercados mais lucrativos. Acredita-se que as ações a serem desenvolvidas no projeto não apenas contribuam para alcançar ODS na agricultura familiar, mas também contribuam para o desenho de políticas voltadas ao seu fortalecimento.

Referências Bibliográficas

- BRAUN, G.; GHOSH, K. *Transforming food and agriculture to achieve the Sustainable Development Goals (SDGs): Good practices from FAO/GEF projects around the world*. Roma: FAO, 2020. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cb1161en>. Acesso em: 9 jul. 2025.
- BRITO, B. A. V.; FERREIRA, J. C. S.; PEREIRA, R. S. Política pública para o desenvolvimento regional sustentável fortalecido pela agricultura familiar no município de Rio Branco. In: ENCONTRO DA ANPAD, 44., 2020, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ANPAD, 2020. p. 1–16.
- CAMPOS FILHO, E. S.; OLIVEIRA, E. C. As dimensões ESG aplicadas ao agronegócio: uma revisão sistemática de literatura. *Revista GeSec*, São Paulo, v. 14, n. 11, p. 20304–20326, 2023. Disponível em: <https://revistagesec.org.br/gesec/article/view/3266>. Acesso em: 9 jul. 2025.
- CHACON, S. S. Semeando ideias para um campo sustentável. In: LEITE, M. L. S. (Org.). *Políticas públicas, agricultura familiar e sustentabilidade*. Foz do Iguaçu: CLAREC e-Books, 2021. s/p.
- FAO. *Transforming food and agriculture to achieve the SDGs*. Roma: FAO, 2018. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i9900en/i9900en.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2025.
- FAO. O que é agricultura familiar. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. [s.d.]. Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming-2014/home/whathis-family-farming/pt>. Acesso em: 9 jul. 2025.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES, L. P. C. et al. Dificuldade de efetivação das políticas públicas para o desenvolvimento das agroflorestas em assentamentos do estado de São Paulo. In: SIMPÓSIO

SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 2018, Araraquara. *Anais...* Araraquara, 2018.

IBGE. *Atlas Nacional Digital do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/1992-novo-portal/edicao/35037-2022-atlas-nacional-digital-do-brasil-2022atlasnacionaldigitaldobrasil.html>. Acesso em: 10 jul. 2019.

LIMA, L. O.; MEDEIROS, M. B.; SILVA, M. J. R. Identificação das dificuldades de acesso ao PRONAF pelos agricultores familiares no nordeste brasileiro. *Revista de Extensão da UNIVASF*, Petrolina, v. 7, 2019.

MACHADO, M. D.; SILVA, A. L. Canais de comercialização para produtos da agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (Eds.). *Gestão integrada da agricultura familiar*. 1. reimp. São Carlos: EdUFSCar, 2009. p. 95–130.

OLIVEIRA, G. F.; SAES, M. S. M.; MARTINO, G. Meso-institutions: the bridge for the success of food policy. In: SOBER. *Transformações recentes na agropecuária brasileira: desafios em gestão, inovação, sustentabilidade e inclusão social*. Campinas: SOBER, 2018.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *A ONU e o meio ambiente*. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 9 jul. 2025.

PATRIOTA, T. C.; PIERRI, F. M. O reconhecimento crescente da contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável. *One Pager Português*, n. 321, 2016. International Policy Center for Inclusive Growth. Disponível em: https://ipcig.org/pub/por/OP321_O_reconhecimento_crescente_da_contribuicao_da_agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 9 jul. 2025.

PNUD. *O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil*. 2023. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-11/pnud_ciclo_brasil_18-22_v5_08-11_0.pdf. Acesso em: 9 jul. 2025.

PREISS, P. V.; DEPONTI, C. M. Reflexões sobre o potencial da realocação alimentar para o desenvolvimento regional. In: SILVEIRA, R. L. L.; DEPONTI, C. M. (Orgs.). *Desenvolvimento regional: processos, políticas e transformações territoriais*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 350.

PREISS, P.; VASCONCELLOS, F. C. F.; SCHNEIDER, S. Agricultura e alimentação para o século 21 – novas referências, desafios e perspectivas. In: DE DAVID, L. et al. (Orgs.). *Relatório Verde 2018*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2018. p. 37–58.

SACCO DOS ANJOS, F.; BECKER, C. Agricultura familiar e mercados institucionais: o desenvolvimento como liberdade. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 45, p. 67–78, 2014.

SARAIVA-MATUS, S. L.; AGUIRRE, P. Lo rural y el desarrollo sostenible en ALC. *2030 - Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe*, Santiago, n. 3, 2019.

SANTOS, L. F.; CAMPOS, A. P. T.; FERREIRA, M. A. M. Barreiras do desempenho em cooperativas da agricultura familiar e suas implicações para o acesso às políticas públicas. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, IV, 2017, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: EBAP, 2017.

SCHNEIDER, S. A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. *Revista do Desenvolvimento Regional – Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p. 11–33, 2016. Disponível em: <https://www.revistaredes.ufcspa.edu.br/index.php/redes/article/view/2710>. Acesso em: 9 jul. 2025.

SIMON, H. Rationality as process and as product of thought. *American Economic Review*, v. 68, n. 2, p. 1–16, 1978.

- SOUSA, D. N.; JESUS, M. E. R.; GRISE, M. M. Contribuições da agricultura familiar para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). *Revista Brasileira de Educação do Campo*, Tocantinópolis, 2022.
- SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 52, n. 3, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/YQQ6QbQ7vBQ8YyRfTYxJt7M>. Acesso em: 9 jul. 2025.
- SOUZA FILHO, H. M.; BONFIM, R. M. Oportunidades e desafios para a inserção de pequenos produtores em mercados modernos. In: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. (Orgs.). *A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?* Brasília, DF: CGEE, 2013. p. 71–100. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/A_pequena_producao.pdf. Acesso em: 9 jul. 2025.
- STOCCO, L. C.; KOBAYASHI, T. C. Dificuldades de participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar encontradas por agricultores familiares das microrregiões de Uberaba e Uberlândia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, II, 2016, Franca. *Anais...* Franca, 2016.
- SUGAHARA, C. R.; RODRIGUES, E. L. Desenvolvimento sustentável: um discurso em disputa. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 17, n. 49, p. 30–43, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/9874>. Acesso em: 9 jul. 2025.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.